

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Circulante		20.252	19.130	Circulante		1.147	1.106
Disponibilidades		382	348	Outras obrigações	8	1.147	1.106
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	18.828	18.068	Fiscais e previdenciárias.....		496	469
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		18.828	18.068	Diversas.....		651	637
Outros créditos	7	1.042	714	Patrimônio líquido		19.604	18.831
Diversos.....		1.042	714	Capital:			
Realizável a longo prazo		16	324	De domiciliados no País.....		11.867	11.867
Outros créditos	7	16	324	Reserva de lucros.....		7.737	6.964
Diversos.....		16	324				
Permanente		483	483				
Imobilizado de arrendamento	6	483	483				
Bens arrendados.....		1.399	1.399				
Superveniência de depreciação.....		483	483				
Depreciação acumulada.....		(1.399)	(1.399)				
Total do ativo		20.751	19.937	Total do passivo		20.751	19.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2º Semestre	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		745	1.740	2.387
Operações de arrendamento mercantil.....		-	-	67
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		745	1.740	2.320
Despesas da intermediação financeira		-	-	(67)
Operações de arrendamento mercantil.....		-	-	(67)
Resultado bruto da intermediação financeira		745	1.740	2.320
Outras despesas operacionais		(168)	(516)	(1.033)
Outras despesas administrativas.....	12	(144)	(381)	(841)
Despesas tributárias.....		(63)	(144)	(202)
Outras despesas operacionais.....	14	(5)	(38)	(23)
Outras receitas operacionais.....	13	44	47	33
Resultado operacional		577	1.224	1.287
Resultado antes da tributação sobre o lucro		577	1.224	1.287
Imposto de renda.....	10.b	(88)	(199)	(189)
Contribuição social.....	10.b	(114)	(255)	(249)
Ativo fiscal diferido.....	10.b	(11)	3	(54)
Lucro líquido do semestre		364	773	795
Lucro líquido por ação do capital social - R\$		0,05	0,11	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais)

	2º semestre	2017	2016
Lucro líquido do semestre ajustado	552	1.230	1.362
Lucro líquido do período antes do imposto de renda e contribuição social.....	577	1.224	1.287
Reversão/despesa com provisões fiscais.....	(25)	6	8
Superveniência/insuficiência de depreciação.....	-	-	67
Varição de ativos e obrigações	(69)	(436)	(350)
(Aumento)/Redução em outros créditos e outros valores e bens.....	74	67	101
Aumento/(Redução) em outras obrigações.....	(19)	(7)	(262)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(124)	(496)	(189)

Atividades operacionais -

Caixa líquido proveniente/aplicado	483	794	1.012
---	-----	-----	-------

Aumento líquido de

caixa e equivalente de caixa	483	794	1.012
Saldo de caixa e equivalentes no início do semestre/exercício.....	18.727	18.416	17.404
Saldo de caixa e equivalentes no final do semestre/exercício.....	19.210	19.210	18.416

Aumento/Diminuição líquido

de caixa e equivalente de caixa	483	794	1.012
--	-----	-----	-------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) iniciou suas atividades em 2000, tendo por objeto social a prática de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares em vigor, inerentes as sociedades de arrendamento mercantil, bem como a participação em outras sociedades. As demonstrações financeiras do exercício de 2017, foram aprovadas pela diretoria em 05 de fevereiro de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25 e 33).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, considera a Portaria MF nº 140/84, que considera como abaixo:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período; e
- O ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b. Estimativas contábeis

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas contábeis e premissas incluem o valor residual do ativo permanente, a provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de arrendamento mercantil, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Sociedade revisa as estimativas e premissas mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

d. Ativos circulante e realizável a longo prazo

Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Créditos tributários

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, as diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos às alíquotas de 15%, acrescida de 10% de adicional para o imposto de renda e de 20% para a contribuição social. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituídos.

Ativos contingentes

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com o seguinte aspecto:

- Depreciação do custo dos bens arrendados reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil do bem considerando, quando aplicável, uma redução de 30% na referida vida útil para pessoa jurídica, segundo o determinado pela Portaria MF nº 140/84, sendo: pessoa física - 20% ao ano (vida útil de 60 meses) e pessoa jurídica - 28,57% ao ano (vida útil de 42 meses).

e. Passivo circulante e exigível a longo prazo

Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:

- Imposto de renda - 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício.
- Contribuição social - 20% sobre o lucro tributável.
- O imposto de renda diferido, são calculados sobre a superveniência de depreciação.

Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável.

As obrigações legais cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridas.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representado por depósitos interfinanceiros:

Aplicações em depósitos interfinanceiros (Ligadas).....	2017	2016
	18.828	18.068
	18.828	18.068

5. SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações atendem às normas do BACEN, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular nº 1.429/83, do BACEN, a Sociedade não obteve valor classificado como insuficiência de depreciação no exercício de 2017 (R\$ 67 em 31 de Dezembro de 2016), cuja natureza é de despesa de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado da provisão para superveniência de depreciação, no montante de R\$ 483 (R\$ 483 em 31 de Dezembro de 2016), está classificado em imobilizado de arrendamento.

6. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

Veículos e afins.....	2017	2016
	1.399	1.399
Superveniência de depreciação.....	483	483
Depreciação acumulada.....	(1.399)	(1.399)
	483	483

Os contratos de arrendamento mercantil contêm cláusulas de opção de compra e de seguros dos bens objetos de arrendamento, a favor do arrendador.

7. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

Crédito tributário (Nota 10c).....	2017	2016
	764	762
Devedores diversos - país.....	221	214
Devedores por depósito em garantia.....	73	62
	1.058	1.038
Circulante.....	1.042	714
Realizável a longo prazo.....	16	324

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2017	2016
Cretores por antecipação de valor residual.....	483	483
Fiscais e previdenciárias (i).....	496	469
Provisão para passivos contingentes (nota 9).....	151	145
Cretores diversos país.....	17	9
	1.147	1.106
Circulante.....	1.147	1.106
Exigível a longo prazo.....	-	-

(i) Refere-se principalmente a provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação.

9. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos, cujos riscos de perda foram classificados como provável por nossos assessores jurídicos, como segue:

	2017	2016
Provisão para contingências cíveis.....	40	34
Provisão para contingências tributárias.....	111	111
	151	145

a. Movimentação dos processos

	Dezembro de 2016		Semestre 2017	
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão	Saldo final
Provisão para contingências cíveis (i).....	34	31	(25)	40
Provisão para contingências tributárias (ii).....	111	-	-	111
	145	31	(25)	151

(i) Refere-se a ações judiciais movidas contra a Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil que objetivavam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de arrendamento, sendo em sua maior parte do juizado especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

(ii) Refere-se a processo tributário sobre IPVA.

A Sociedade não possui outros processos judiciais cujos riscos de perda tenham sido classificados como possível pelos seus assessores jurídicos.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre as operações nos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação.....	1.224	1.224	1.287	1.287
Adições temporárias:				
Insuficiência de depreciação.....	-	-	67	-
Provisão para contingências.....	31	31	16	16
Cadin - IPVA.....	47	47	-	-
Outros.....	-	-	83	83
Exclusões temporárias:				
Reversão de contingências cíveis.....	(25)	(25)	(8)	(8)
Recuperação de crédito baixado c/prejuízo.....	-	-	(37)	(37)
Depreciação de contratos atraso imobilizado.....	-	-	(92)	(92)
Cadin - IPVA.....	(2)	(2)	-	-
Outros.....	-	-	(2)	(2)
Lucro líquido acumulado antes do IRPJ.....	1.275	1.275	1.314	1.247
Compensação prejuízo períodos anteriores.....	(383)	-	(394)	-
Valor-base para tributação.....	892	1.275	920	1.247
Alíquota-base.....	134	255	138	249
Adicional 10%.....	65	-	68	-
Despesa de IRPJ e CSLL correntes no exercício.....	199	255	206	249

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL corrente devidos no Exercício.....	199	255	206	249
Constituição de IR diferido - Superveniência de depreciação.....	-	-	(17)	-
Imposto de renda e contribuição social.....	199	255	189	249
Realização de crédito tributário.....	1	(1)	30	24
Total de imposto de renda e contribuição social.....	200	254	219	273

A DIRETORIA

Aos Diretores e Acionista da

Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil - São Caetano do Sul - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, das quais o patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificadas no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa das demonstrações financeiras nº 3. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do período e do patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Leasing, de acordo com os princípios éticos

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Adições temporárias:		
Provisão para contingências fiscais.....	111	111
Provisão para contingências cíveis.....	40	34
Crédito baixado como prejuízo.....	686	686
Depreciação imobilizado.....	867	867
Total das diferenças temporárias.....	1.704	1.698
Crédito tributário - Imposto de renda.....	426	424
Crédito tributário - CSLL.....	338	338
	764	762

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados, na rubrica "Outros créditos - Diversos" - No circulante e realizável a longo prazo.

d. Natureza e origem dos créditos tributários

	Saldos em 31/12/2016	Realização	Constituição	Saldos em 31/12/2017
Natureza e origem dos créditos tributários				
Ações Contrárias.....	23	(25)	42	40
Créditos baixados - Prejuízo.....	706	(20)	-	686
Contingência Tributária - IPVA.....	111	-	-	111
Depreciação de contratos atraso imobilizado.....	904	(37)	-	867
Saldos.....	1.744	(82)	42	1.704

e. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de Dezembro de 2017.

Imposto de renda	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Adições temporárias:						
Provisão para contingências fiscais.....	28	-	-	-	-	28
Provisão para contingências cíveis.....	10	-	-	-	-	10
Crédito baixado como prejuízo.....	166	5	-	-	-	171
Depreciação de contratos atraso imobilizado.....	212	5	-	-	-	217
	416	10	-	-	-	426
	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Contribuição social						
Adições temporárias:						
Provisão para contingências fiscais.....	22	-	-	-	-	22
Provisão para contingências cíveis.....	7	-	-	-	-	7
Crédito baixado como prejuízo.....	133	3	-	-	-	137
Depreciação de contratos atraso imobilizado.....	169	3	-	-	-	172
	331	6	-	-	-	338
	2018	2019	2020	2021	2022	Total
	747	16	-	-	-	764

Total de créditos tributários em 31 de dezembro de 2017.....

O valor presente deste crédito tributário é no montante de R\$ 714 em 31 de Dezembro de 2017.

(R\$ 629 em 31 de Dezembro 2016), considerando a taxa SELIC de 7,0% ao ano. Os critérios e constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas condições temporárias no período corrente;
- A realização dos créditos tributários constituídos, existente em 31 de Dezembro de 2017, foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sobre o desfecho das provisões são de: 97,77% no ano de 2018 e 2,09% no ano de 2019. Estas estimativas serão revisadas anualmente;
- Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, considerando as credativas da administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômicos financeiros.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 7.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no País.

- Reserva Legal
- É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre	2017	2016
Serviços de terceiros.....	(27)	(68)	(486)
Despesa de processamento de dados.....	(50)	(106)	(161)
Outras despesas administrativas.....	(4)	(37)	(65)
Serviços técnicos especializados.....	(1)	(28)	(26)
Despesa de publicação.....	(15)	(52)	(46)
Serviços sistema financeiro.....	(47)	(90)	(57)
	(144)	(381)	(841)

13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	2017	2016
Reversão de provisões para contingência.....	25	27	8
Recuperação de crédito baixado c/prejuízo (i).....	-	-	17
Outras receitas operacionais.....	19	19	8
	44	46	33

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	2017	2016
Provisão para contingências.....	(5)	(38)	(16)
Indenização de ações contato.....	-	-	(6)
Outras despesas operacionais.....	-	-	(1)
	(5)	(38)	(23)

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta da empresa é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co. com sede no Japão.

	2017		2016	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Honda Serviços Ltda.				
Prestação de serviços de assessoria administrativa.....	-	-	-	(415)
Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.				
Aluguel de móveis e equipamentos.....	-	(62)	-	(48)
Banco Honda S.A.				
Aplicação em depósitos Interfinanceiros.....	18.828	1.740	18.068	1.103

Honda Serviços Ltda.

Prestação de serviços de assessoria administrativa.....

Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.

Aluguel de móveis e equipamentos.....

Banco Honda S.A.

Aplicação em depósitos Interfinanceiros.....

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a Sociedade não possuía saldos de instrumentos financeiros derivativos, cuja divulgação seja requerida nos termos das normas e instruções do BACEN.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Gerenciamento de riscos

Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nº 3.380/06, 3.464/07, 4.090/12, 3.988/11 e 3.721/09 a Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil dispõe de estrutura específica para gestão de riscos, as atividades são centradas no monitoramento e gestão dos riscos:

Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A instituição utiliza modelos internos para calcular a probabilidade default de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

O gerenciamento do risco de mercado objetiva mensurar, monitorar e mitigar a exposição ao risco de mercado de ativos e passivos financeiros da instituição considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas à taxas de juros e arbitragem inclusive o risco de liquidez.

Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira banking, a instituição utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

Gestão de capital

A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento do nível de capital mínimo da instituição, garantido nível de capital adequado a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.

A instituição utiliza principalmente testes de stress de carteira em condições econômicas adversas.

Risco operacional

A gestão de risco operacional segue a premissa de que o risco operacional deriva de eventos resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados, falhos ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.

Risco socioambiental

A gestão de risco socioambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade dos clientes, entre outros exemplos.

As descrições dessas estruturas foram evidenciadas no site da Honda Leasing e os relatórios detalhados dessas atividades estão disponíveis na sede da instituição.

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria ser intercorridas as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento objetivo e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluímos que existem incertezas relevantes, devemos mencionar em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo 22 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6